

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: A EXPERIÊNCIA DOS “TIGRES ASIÁTICOS”

PUBLIC EDUCATIONAL POLICIES AND ECONOMIC DEVELOPMENT: THE EXPERIENCE OF THE “ASIAN TIGERS”

Alan Regis de Souza Marques¹

Kellcia Rezende Souza²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar as produções científicas atinentes às políticas educacionais dos membros do bloco econômico “tigres asiáticos” (Coreia do Sul, Singapura, Hong Kong e Taiwan) no período de 1980 a 2023. Para tanto, sustentada por uma abordagem quanti-qualitativa, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica a partir da revisão integrativa da literatura disponível nas plataformas da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Os resultados identificados permitem salientar que as pesquisas sinalizam que os bons resultados obtidos por esses países quanto ao seu desenvolvimento educacional e, conseqüentemente, econômico, estão respaldados, principalmente, por cinco eixos de ação: investimento na educação, qualidade de ensino, educação técnica-profissionalizante, parcerias público-privadas e valorização dos professores. Denota-se, então, que a priorização de políticas públicas educacionais promovidas pelos “tigres asiáticos” tem resultado em ferramentas impulsionadoras do crescimento econômico, industrial e tecnológico, o que também é evidenciado nos *rankings* internacionais de qualidade educacional.

Palavras-chave: Educação. Política Educacional. “Tigres asiáticos”.

Abstract: The present work aims to analyze the scientific productions related to the educational policies of the members of the “Asian tiger” economic bloc (South Korea, Singapore, Hong Kong and Taiwan) in the period from 1980 to 2023. To this end, supported by a quantitative-qualitative approach, a bibliographic research was developed from the integrative review of the literature available on the platforms of the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) and Brazilian Institute of Information in Science and Technology (IBICT). The results identified allow us to highlight that the researches indicate that the good results obtained by these countries in

¹ Mestrando em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: alanregis@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-8468-3949>

² Docente da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: kellciasouza@ufgd.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8663-4615>

terms of their educational and, consequently, economic development, are mainly supported by five axes of action: investment in education, quality of teaching, technical-vocational education, public-private partnerships and appreciation of teachers. It's noted, then, that the prioritization of public educational policies promoted by the "Asian tigers" has resulted in tools that drive economic, industrial and technological growth, which is also evidenced in international rankings of educational quality.

Keywords: Education. Educational Policy. "Asian tigers".

Introdução

As políticas públicas dos países do leste asiático têm provocado grande interesse enquanto temática de investigação diante do expressivo avanço de suas economias, rapidamente alavancadas e desenvolvidas, historicamente, após a Segunda Guerra Mundial, com destaque, concomitante a este processo, para os números alcançados no que se refere à educação, expressos pelo achatamento drástico do analfabetismo e pelas colocações alcançadas nos *rankings* internacionais de ensino, sobretudo no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA – *Programme for International Student Assessment*) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Diante dessa relevância, o objetivo deste trabalho consiste na análise das produções científicas brasileiras sobre a temática das políticas públicas educacionais desenvolvidas pelos membros do bloco econômico denominado "tigres asiáticos" (Coreia do Sul, Singapura, Taiwan e Hong Kong) no período de 1980 a 2023, as quais auxiliaram o desenvolvimento econômico desses países, considerando que a denominação dada ao bloco tornou-se usual nos anos de 1980. Destarte, justificando este recorte temporal, observa-se que o fato da busca por respostas em debates sobre o desenvolvimento e os meios para atingi-lo tem permeado há muito tempo as pautas dos países em desenvolvimento (Martins, 2017).

As políticas públicas desenvolvidas no campo da educação atraem a atenção de pesquisadores em diversas partes do mundo (Miltons, 2007), comprovando-se tal assertiva diante da quantidade relevante de publicações acadêmicas existentes, o que justifica a importância de se buscar compreender a relação entre as políticas públicas desenvolvidas para a educação e os possíveis efeitos benéficos, diretos ou indiretos, na promoção do desenvolvimento econômico do Estado.

A produção de Rocha (2014) apresenta várias considerações no sentido de que a educação tem se apresentado como um instrumento importantíssimo na promoção da ascensão social e econômica do indivíduo. O mesmo autor, ao citar Galbraith (*apud* Cabuegueira, 2001), expressa o relevante papel da educação na manutenção da paz social e da tranquilidade pública, sendo uma garantidora do fornecimento dos meios vitais para que as pessoas possam governar a si próprias de maneira realmente democrática.

Silva (2015), no mesmo sentido, afirma que a promoção da educação, atuando positivamente no campo individual, acarreta valiosos ganhos para a coletividade, refletindo-se no desenvolvimento do Estado, tanto no campo social quanto em seus aspectos econômicos, através do favorecimento da pesquisa e das inovações tecnológicas e científicas, sendo este conhecimento um dos principais pilares em qualquer processo de desenvolvimento, pois somente a ciência permite encontrar, identificar e extrair valor de novos fenômenos.

É inegável a contribuição que a educação presta ao desenvolvimento econômico do Estado, aperfeiçoando e especializando a mão de obra para o mercado, com a valorização do capital humano³ existente, o que, por conseguinte, contribui para o desenvolvimento humano em diversas competências, o que favorece a coesão e o desenvolvimento social. Ao mesmo tempo impulsiona a produção de riquezas de uma

³ Capital humano é a capacidade de conhecimentos, competências e atributos da personalidade de uma pessoa ao desempenhar um trabalho, de modo a produzir valor econômico.

nação, o acúmulo e o giro de capital, entre outros benefícios que se mostram desejáveis nas políticas públicas contemporâneas, a exemplo das brasileiras, fundamentadas por normas constitucionais que trazem a cidadania, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, a busca por uma sociedade livre, justa e solidária, a garantia do desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e da marginalidade, a redução das desigualdades e a promoção do bem de todos como direitos efetivos na base e nos objetivos fundamentais dos primeiros artigos da Magna Carta (Brasil, 1988).

Os “tigres asiáticos” são um destaque relativamente recente de sucesso nessa temática, apresentando um notável crescimento econômico e desenvolvimento sustentável nas últimas décadas, notadamente nos anos de 1970-1980, atrelado aos excelentes resultados construídos na educação, tendo esta revisão constatado um foco maior de estudos nacionais com base na Coreia do Sul e em Singapura, uma vez que o primeiro país apresenta a maior população entre os membros do bloco econômico em estudo, favorecendo uma análise comparativa com o Estado brasileiro (Pacheco, 2021), somando isso à particularidade do fim de um regime militar e a promulgação de uma nova Constituição em condições semelhantes à brasileira, como expresso na obra de Miltons (2007). Já Singapura chama a atenção por ser o destaque mais recente na seara educacional, ocupando o primeiro lugar na última avaliação do PISA (2022), destacando-se na obra de Seong (2008, *apud* Gaspary, 2016) o aumento impressionante de seu PIB *per capita*, a redução do desemprego, da pobreza e da criminalidade em um período de apenas 40 anos.

Os demais países componentes do bloco, Hong Kong e Taiwan, apresentam análises em menor proporção diante de suas particularidades políticas e menor produção acadêmica, com instabilidades relacionadas ao questionamento de suas soberanias pela República Popular da China, configurando-se em instituições *sui generis* subordinadas àquele país, representando províncias chinesas com igual destaque no campo econômico,

tecnológico e educacional, com Hong Kong tendo alcançado a 4ª colocação no PISA de 2022, mesma posição da avaliação anterior registrada em 2018. Por sua vez, Taiwan manteve-se entre as 10 melhores educações avaliadas, justificando a análise desses sistemas educacionais mesmo que apresentem uma menor incidência nas pesquisas que construíram esta revisão.

Ao final, buscou-se categorizar os objetos preponderantes nas pesquisas que investigaram as políticas públicas educacionais promovidas pelos “tigres asiáticos”, no qual apresentam resultados na promoção e qualidade da educação, contribuindo, consequentemente, para o desenvolvimento econômico de seus Estados.

Políticas públicas educacionais e desenvolvimento econômico nos “tigres asiáticos”

O nascimento dos “tigres asiáticos” encontra-se inserido em uma realidade histórica promovida após a Segunda Guerra Mundial e início da chamada Guerra Fria, período de 1947 a 1991 em que Estados Unidos e União Soviética polarizaram o mundo e dividiram a influência geopolítica com dicotomias ideológicas representadas pelo capitalismo e pelo comunismo.

Nessa esteira, o leste asiático ganhou fundamental importância no oriente para ambos os lados, uma vez que durante o período compreendido pela Segunda Guerra Mundial, a região esteve dominada, direta ou indiretamente, pelo Império japonês, sendo substituído pelo domínio norte americano com o fim do conflito mundial, onde este país assumiu o papel de força aglutinadora da região, promovendo a reconstrução do Japão no pós-guerra e o chamado “milagre” japonês nos anos de 1950 e 1960.

Esse processo desenvolvimentista migrou e difundiu-se para outras localidades após atingir os limites de expansão industrial nipônica, alcançando notadamente as economias dos “tigres asiáticos” (Arrighi, 1997 *apud* Magno, *et al.*, 2011), sobretudo por conta de

uma mão de obra barata e o oferecimento de incentivos fiscais por parte do Estado, atraindo investimento e capital estrangeiro.

Nesse período as escolas localizadas nos países influenciados pelos Estados Unidos constituíram-se em centros voltados a transformar suas elites em verdadeiros investigadores que pudessem conduzir o Estado no progresso industrial, científico e tecnológico, formando alunos qualificados para contribuir no movimento de industrialização do país (Krasilchik, 2000 *apud* Chen, 2019).

A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, criada em 1948 com a nomenclatura de Organização para a Cooperação Econômica Europeia – OEECE, visou o gerenciamento do plano Marshall dirigido para a reconstrução da Europa no pós-guerra. Ao mesmo tempo representou um verdadeiro laboratório de ideias liberais no ensino, defendendo uma formação educacional de qualidade para o trabalhador a fim de que se pudesse delegar a ele as responsabilidades locais. Dessas ideias liberais nasceu o processo de organização de um mercado escolar concorrencial, com o surgimento e/ou fortalecimento de redes escolares e universitárias particulares, bem como se passou a incentivar a concorrência dentro do sistema público de ensino (Charlot, 2021).

Bernard Charlot (2021) segue afirmando que a política liberal implementada na década 1980 para a “qualidade da educação” teve por base o princípio mercadológico de que a concorrência leva a mais qualidade, muito difundida por Milton Friedman e os seguidores da “Escola de Chicago”⁴, não havendo um abandono da luta contra o fracasso escolar, mas dando outro sentido ao termo. Citando Andreas Schleicher, propositor do PISA à OCDE, escreve:

⁴ A Escola de Chicago é uma escola de pensamento econômico que defende o **mercado livre** e que foi disseminada por alguns professores da Universidade de Chicago. Os líderes dessa escola são George Stigler e Milton Friedman, ambos laureados com o Prêmio Nobel da Economia.

Alcançar maior equidade na educação não é apenas um imperativo da justiça social, é também uma maneira de usar os recursos com mais eficiência e de aumentar a oferta de conhecimentos e habilidades que alimentam o crescimento e promovem a coesão social (Schleicher, 2018, p. 13 *apud* Charlot, 2021, p. 8)

Coreia do Sul, Singapura, Hong Kong e Taiwan instituíram políticas públicas em seus Estados que despertaram um interesse relevante na comunidade internacional devido aos significativos índices de desenvolvimento econômico alcançados, mostrando países pobres e predominantemente agrários transformando-se em economias industrializadas em pouco mais de duas décadas (Yannick, 2011).

Da mesma forma, esse interesse vem se mostrando crescente quando se analisam os números da educação promovidos por esses mesmos países, alcançando destaque nos *rankings* internacionais de avaliação de alunos, onde o PISA é reconhecido como o maior balizador em termos de quantidade de conhecimento dos modelos educativos de diferentes países no mundo (Bühler, 2019).

Contudo, percebe-se que pesquisadores de diversas áreas, principalmente da economia, não possuem uma resposta definitiva quanto às causas e circunstâncias desses milagres econômicos, criando-se teses muitas vezes conflitantes (Carvalho, 2015), muito embora se entenda que já esteja pacificado o entendimento de que a educação é um fator de influência no desenvolvimento econômico e social, aumentando a produtividade dos trabalhadores e suas rendas, trazendo melhorias na saúde, na diminuição nos índices de criminalidade e no crescimento econômico (Barros, 2019).

Na interpretação desse fenômeno, um primeiro grupo, com visão neoclássica, vaticina que o sucesso desses países seria resultado de políticas que garantiram o bom funcionamento do mercado ao manter uma inflação baixa, um sistema legal estável e seguro, muita competição doméstica e internacional, preços relativamente pouco distorcidos e altos investimentos em educação. Contrariamente, um segundo grupo, conhecido como revisionista, enfatiza o papel do Estado nesta experiência de crescimento

e argumenta que graças a algumas distorções que o governo introduziu na economia tornou-se possível que esses países atingissem tamanho progresso (Carvalho, 2015).

Ou seja, o processo de desenvolvimento estatal pode ser visto sob uma visão liberal, com pouca participação do Estado, defendendo a capacidade de auto-regulação de mercado, que se transmitiria também ao campo educacional com uma relação horizontal entre os sujeitos envolvidos (primeira proposição – neoclássica), ou uma relação vertical, com a interferência do Estado a fim de proporcionar as condições adequadas para o desenvolvimento, que da mesma forma insurgir-se-ia no campo econômico e social, com grande afetação no âmbito educacional (segunda proposição – revisionista).

Em uma análise inicial, observa-se que os países componentes do bloco econômico em estudo tiveram seus processos de desenvolvimento aperfeiçoados de formas distintas, com motivações diferentes, em realidades geopolíticas diferentes e afetos com condições internas bastantes particulares, a exemplo de Coreia do Sul e Singapura, com diferenças marcantes no que tange a unidade nacional dos países e suas capacidades de recursos naturais, mão de obra e espaço geográfico.

Contudo, com relação ao desenvolvimento educacional dos países do bloco, observa-se uma orientação semelhante comum a todos, motivada pela necessidade de aperfeiçoamento do capital humano existente, a fim de alimentar os objetivos do Estado calcado no desenvolvimento econômico em diferentes e, relativamente, curtos períodos da história.

Uma das principais características das políticas públicas educacionais dos “tigres asiáticos” é o investimento maciço no setor, trazendo benefícios contínuos de maneira global, caracterizando estas economias, fomentadas pela educação, como de rápido crescimento, adaptação e inovação (Gaspary, 2016). Exemplificando o caso da Coreia do Sul, este simboliza no século XXI um modelo coerente de progresso desenvolvimentista, uma economia crescente e resultados educacionais expressivos em qualquer parâmetro

de análise a que seus alunos forem submetidos, resultado de investimentos na educação que se fizeram de forma maciça e contínua (Antunes, 2007 *apud* Gonçalves, 2009), atingindo notas expressivas em leitura e ciências, ocupando quarta e quinta colocações respectivamente nestas provas.

Singapura, por sua vez, também tem se destacado no campo econômico e no melhoramento dos níveis de bem estar social, tendo passado de uma pequena vila de pescadores para um dos maiores PIB *per capita* do mundo, com uma população de 5,607 milhões de habitantes e um PIB de 323, 9 bilhões de dólares, sendo em torno de 3,5% do PIB destinado para educação a fim de atender 510 mil estudantes (OCDE, 2018 *apud* Bühler *et al.*, 2019).

Na mesma obra, afirma-se que os gastos com educação em Singapura cresceram em 2017 para 3,6% do PIB nacional, configurando aproximadamente 20% das despesas totais do governo, atendendo estudantes em mais de 360 escolas por todo o país, com investimentos de cerca de 15.500 dólares anualmente por aluno nos anos finais do ensino fundamental, e 12.500 dólares nos anos iniciais.

Taiwan direciona suas atenções ao estudo das Ciências como ferramenta de desenvolvimento da economia em todos os níveis escolares, fazendo parte da vida e da cultura das crianças, construindo um contato sistematizado nas escolas que se somará ao adquirido fora delas, despertando o prazer com o aprendizado e o interesse pelo seu futuro (Chen, 2019).

Nesse sentido é válido e salutar que se de enalteça à valorização da educação no meio social, ficando claro na revisão dos estudos que as sociedades orientais que compõe os países desse bloco têm total convicção da importância da educação formal para o crescimento do indivíduo e para o benefício da coletividade, observando-se esta afirmação desde a relação das famílias nas políticas educacionais, considerando a educação um instrumento de mobilidade social e manutenção da coesão objetivada e

alcançada, até o ponto da competitividade incentivada para a obtenção de vagas nas melhores escolas e universidades, obrigando que o indivíduo, desde as fases escolares iniciais, já se mostra focado na busca do conhecimento ofertado, construído dentro das necessidades e objetivos históricos de cada nação.

Esse processo avaliativo para a alocação dos estudantes, baseada nos resultados de testes objetivos, mostra-se mais usual em Singapura e Taiwan, enquanto a Coreia do Sul tem, desde a década de 1970, tem focado suas políticas na igualdade de suas escolas públicas através da “equalização”, substituindo os exames por alocações aleatórias de alunos para todas as escolas secundárias do país, tanto públicas como privadas.

A qualidade educacional é outro aspecto que deve ser considerado como característica nos países componentes do bloco dos “tigres asiáticos”, mostrando colocações expressivas nos *rankings* de desempenho de seus alunos perante os testes avaliativos internacionais, principalmente o PISA, sendo este um programa reconhecido internacionalmente como maior agregador de conhecimento entre os diferentes modelos educativos apresentados pelos países membros da OCDE, compreendendo-se como um dispositivo de política do conhecimento, onde seus resultados são utilizados para analisar problemas educacionais e promover debates sobre políticas públicas (Carvalho, 2016; Villani e Oliveira, 2018, *apud* Bühler, 2020).

Outros dois aspectos relevantes nas políticas públicas educacionais dos “tigres asiáticos” é a estreita relação entre a educação e a indústria, dando grande importância também à educação técnica e profissionalizante, além da preparação e a valorização dos professores em todos os níveis de ensino. Singapura ilustra que logo após a sua independência perante o Império Britânico na década de 1960, passou a expandir e universalizar o acesso à educação básica e a capacitação de professores para a formação de profissionais para áreas demandadas pela indústria. Essa sinergia entre educação e o

setor econômico contribuiu para o desenvolvimento de setores estratégicos, impulsionando a inovação e o crescimento econômico (Santos, 2021).

Os estudos mostram um panorama geral de valorização dos professores como um pilar fundamental do sistema educacional dos países com melhor rendimento nos *rankings* do PISA. Teixeira (2018, p. 57) exemplifica o caso da Coreia do Sul com base na obra de Cha (2004, p. 68), afirmando que a carreira docente se mostra atrativa para muitos estudantes com boas qualificações, mesmo que “os professores públicos se queixem de ter uma situação socioeconômica mais baixa que a de seus colegas do setor privado”, embora com remunerações maiores quando comparados os números em âmbito internacional.

Embora se observe sinais claros e ditames expressos de que a educação nos países desse bloco econômico está vinculada aos objetivos econômicos e a formação, desenvolvimento e aperfeiçoamento para o mercado de trabalho e o desenvolvimento econômico, também é perceptível o objetivo social nas políticas públicas ali implementadas. Um exemplo é a situação de Singapura, um caso motivador para os estudos que visam compreender e explicar a passagem da situação de subdesenvolvimento para o desenvolvimento econômico, educacional e tecnológico expressivos e em um curto espaço de tempo, principalmente diante das limitações observadas nesse país, como a inexistência de unidade nacional diante de uma população constituída em sua maioria por chineses, escassez de recursos naturais, território reduzido e analfabetismo extremo (Lobo, 2012).

Ratificando este entendimento, a própria Constituição de Singapura, em seu Artigo 16, trata dos direitos em matéria de educação estabelecendo parâmetros para a valorização desse direito fundamental, enaltecendo a sua universalidade e combatendo as possibilidades de eventuais atos de preconceito e corrupção que venham a ter como base as diferenças étnicas e religiosas existentes, fazendo isso de forma expressa em seu texto.

— (1) Sem prejuízo da generalidade do artigo 12.o, não haverá discriminação contra qualquer cidadão de Singapura com base apenas na religião, raça, descendência ou local de nascimento

(a) Na administração de qualquer estabelecimento de ensino mantido por uma autoridade pública e, em particular, na admissão de alunos ou estudantes ou no pagamento de propinas; ou

(b) Na concessão de ajuda financeira a partir dos fundos de uma autoridade pública para a manutenção ou educação de alunos ou estudantes em qualquer estabelecimento de ensino (mantido ou não por uma autoridade pública e dentro ou fora de Singapura).

(2) Todo grupo religioso tem o direito de estabelecer e manter instituições para a educação de crianças e nelas ministrar instrução em sua própria religião, não havendo discriminação em razão apenas da religião em qualquer lei relativa a tais instituições ou na administração de qualquer dessas leis.

(3) Nenhuma pessoa será obrigada a receber instrução ou a participar de qualquer cerimônia ou ato de culto de outra religião que não a sua.

(4) Para os fins da cláusula (3), a religião de uma pessoa menor de 18 anos será decidida por seus pais ou tutor.

Da mesma forma, diante do dinamismo dos objetivos do Estado, deu-se grande importância às políticas curriculares educacionais desses países, observando a necessidade de inovação dos mercados, com o surgimento de novas demandas, passando-se a direcionar e a investir no desenvolvimento de disciplinas afetas às ciências e ao empreendedorismo em seus currículos, desde as idades mais tenras. Essa assertiva fica clara na obra de Miltons (2007, p. 152), avaliando o processo de desenvolvimento da Coreia do Sul até 2006 e sua relação com a educação, onde afirma:

[...] Primeiramente, a percepção de que a indústria estava se movendo cada vez mais para o desenvolvimento de produtos, com o conhecimento constituindo-se como seu principal componente, fez o governo promover reformas em todos os níveis educacionais que colaborassem no desenvolvimento da criatividade individual. A capacidade inovativa deveria ser desenvolvida desde idades precoces. Nos níveis elementar e secundário, a implantação do Sétimo Currículo e a reforma dos anos 1990 visavam ampliar as capacidades individuais dos alunos, procurando mudar a ênfase, que historicamente esteve voltada à preparação para exames, para a diversidade. [...]. Esses

esforços tinham – e ainda têm - um objetivo em comum: levar a Coreia para o *status* de sociedade do conhecimento.

O desenvolvimento econômico dos países está entrelaçado a um papel de protagonismo das instituições de ensino, sobretudo, nas universidades como *locus* de formação de excelência de indivíduos capacitados academicamente em áreas de conhecimento relevantes e capazes de potencializar o setor produtivo (Delgado, 2010).

Metodologia e resultados

A investigação foi realizada sob a égide da abordagem quanti-qualitativa, tendo como referência a pesquisa bibliográfica. Na sequência empregou-se como sistematização a revisão integrativa, reunindo e resumindo estudos elaborados anteriormente sobre a temática investigada, passando pelas seguintes fases: elaboração da questão da pesquisa; busca e seleção da literatura produzida; categorização dos estudos, pautado no tipo de política promovida na área educacional; avaliação dos estudos incluídos na revisão; interpretação dos resultados; e síntese do conhecimento (Silva *et al.*, 2017).

O estudo selecionou pesquisas compreendendo o período 1980 a 2023 nas seguintes bases de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Os descritores utilizados para a busca e seleção da literatura foram: “políticas públicas para educação” e “desenvolvimento econômico”; “educação” e “Coreia do Sul”; e “educação” e “tigres asiáticos”, utilizando-se as palavras-chave “Taiwan”, “Hong Kong”, “Singapura” e “industrialização” para selecionar os pontos específicos necessários para a pesquisa nos textos já catalogados com base nos descritores.

Realizadas as buscas nas plataformas da BDTD e IBICT, foram encontradas 162 publicações com os descritores acima apresentados, sendo, respectivamente, 41 textos na primeira plataforma e 121 na segunda, devendo ser ressaltado que também foram realizadas buscas nas plataformas CAPES, SciELO e Google Scholar, todavia a primeira plataforma não apresentou resultados com os descritores apresentados, a última apresentou muitos textos dificultando a seleção e a plataforma SciELO apresentou resultados que já constavam na pesquisa realizada na BDTD, deixando de incluí-las no quadro demonstrativo, construindo-se a Tabela n. 1 a seguir:

Tabela n. 1 – Quantitativo dos textos obtidos com os descritores usados na busca

Descritores		Plataforma			
		BDTD		IBICT	
		Antes da seleção	Após a seleção	Antes da seleção	Após a seleção
D1	“Políticas públicas para educação” e “desenvolvimento econômico”	19	6	54	08
D2	“educação” e “Coreia do Sul”	18	6	62	13
D3	“Tigres asiáticos” e “educação”	4	1	05	01
TOTAL:		41	13	121	22

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Após a leitura e a avaliação do conteúdo dos resumos e introduções de cada trabalho, obteve-se um total de 35 publicações, sendo reduzidas para 18 textos após aplicação de critérios de inclusão e exclusão da literatura, somando-se a dois textos legais e cinco publicações do *ranking* PISA, onde se buscou o conteúdo relacionado às políticas públicas educacionais promovidas pelos integrantes do bloco em estudo, direcionadas para o desenvolvimento econômico, com ênfase maior na Coreia do Sul e em Singapura.

Observou-se que as pesquisas nacionais, em sua maioria, pautaram suas investigações em pontos de partida distintos, de acordo com a realidade de cada país formador do bloco, mas os dados registrados quanto às políticas educacionais demonstram-se posteriores aos movimentos de desenvolvimento econômico e industrial desses Estados, indicando, *a priori*, uma função complementar dessa política pública, desenvolvida, sobretudo, após a década de 1980, proporcionando resultados positivos nos *rankings* educacionais mundiais, representados pela avaliação PISA iniciada no ano 2000, tendo a presente revisão se pautado nas avaliações aplicadas a partir de 2009, com a participação de todos os membros do bloco.

Por fim, procedeu-se ao desenvolvimento da revisão, catalogando-se os resultados das pesquisas sobre as políticas educacionais ali desenvolvidas com objetivos no desenvolvimento econômico em cinco eixos principais:

- a) ***investimento expressivo em educação***: políticas públicas educacionais dependem de investimentos, tanto na promoção da infraestrutura, quanto na formação de professores e auxílio aos estudantes, o que se observou nos países componentes do bloco dos “tigres” asiáticos, mesmo que de forma bastante distinta (Santos, 2021);
- b) ***foco na qualidade da educação***: “as políticas públicas têm usado o capital humano como forma de reduzir a pobreza e as desigualdades sociais (...), de forma a homogeneizar o desenvolvimento socioeconômico” (Yannick, 2013, p. 22);
- c) ***ênfase na educação técnica e profissionalizante***: os “tigres” asiáticos reconheceram a importância da educação técnica e profissionalizante para atender as demandas do mercado de trabalho. Eles desenvolveram programas abrangentes de treinamento vocacional, colaborando, de perto, com a indústria para fornecer habilidades relevantes e garantir uma transição suave dos graduados para o emprego. Esse tecnicismo tem sido o centro da formação do educador, influenciando as universidades (Chen, 2019);

d) ***parcerias entre governo, setor privado e instituições educacionais***: esses países estabeleceram parcerias sólidas entre o governo, o setor privado e as instituições educacionais. Essa colaboração permitiu a identificação de necessidades específicas do mercado de trabalho, a adaptação dos currículos às demandas atuais e futuras, bem como, a criação de oportunidades de estágio e emprego para os estudantes (Silva *et al.*, 2017); e

e) ***valorização do professor***: esses países valorizam os professores como pilares fundamentais do sistema educacional, estabelecendo requisitos para o exercício da função de educador e valorizando a profissão a partir das dimensões de salários dignos e formação inicial e continuada. Essa valorização, por sua vez, repercute em um nivelamento de seleção de profissionais mais capacitados (Gonçalves, 2009).

Considerações Finais

Diante dos dados coletados e a sua análise sob uma ótica quanti-qualitativa, pode-se constatar que as pesquisas sobre a educação nos “tigres asiáticos” apontam que os países pertencentes ao bloco desenvolveram e desenvolvem suas economias direcionadas de acordo com os objetivos do Estado em um determinado período histórico.

Em um primeiro momento, com o objetivo de sair de um estágio inicial de subdesenvolvimento econômico e social drástico, construído por anos de colonização e dominação estrangeira, esses países seguiram os exemplos observados no “milagre” japonês, sendo favorecidos pelo alcance do limite de crescimento industrial nipônico em suas fronteiras, o que incentivou investimentos em novos espaços geográficos, notadamente nos “tigres asiáticos”.

Nesta fase os membros do bloco econômico em estudo, em busca do capital e mercado internacional, promoveram um movimento de avanço nos setores industriais de

base e estratégicos, como as indústrias petroquímicas e de mineração, incentivando a instalação de multinacionais por meio de incentivos fiscais e o fornecimento de mão de obra barata.

Seguindo o desenvolvimento desses setores e o consequente avanço nos índices de desenvolvimento humano desses países, as políticas públicas econômicas tiveram que ser adaptadas diante da melhoria das condições de vida do indivíduo e a sua vinculação a maiores salários, sendo necessária a agregação de valores aos produtos fabricados e extraídos, acarretando a necessidade de inovação científica e tecnológica que alteraram as políticas de cunho social implementadas por esses países, com atenção especial para as políticas educacionais que se converteram em procedimentos de construção e transmissão de conhecimentos mais especializados. Nesse processo, as necessidades de formação passaram pela já mencionada indústria pesada, migrando para as indústrias de bens de consumo, como a automobilística, e chegaram, por fim, à produção de produtos mais tecnológicos, como softwares e microchips.

Essa necessidade de abastecimento dos setores de produção econômicos do Estado com uma mão de obra mais especializada, desenvolveram os sistemas de educação dos países membros do bloco, promovendo o *status* de países com grande desenvolvimento humano, refletido no campo educacional nas posições alcançadas nos *rankings* do PISA da OCDE, ocupando sempre as primeiras posições nas avaliações aplicadas.

Os trabalhos evidenciaram, a partir dos eixos temáticos de análise, que as políticas públicas ali promovidas demonstram que foi dado ênfase nos investimentos em educação, mais especificamente, na promoção de uma qualidade educacional alicerçada no desenvolvimento de programas voltados para as demandas do mercado de trabalho, inovações e tecnologias. Esse processo pautou-se, principalmente, na aproximação e parceria entre governo, setor privado e instituições de ensino, assim como na valorização

dos professores para o desenvolvimento das competências desejadas nos alunos, em várias fases de suas vidas.

Referências

BARROS, M. A. D. **Avaliação de impacto de políticas públicas**: uma análise do Programa de Investimento em Infraestrutura Escola Digna no Maranhão no período de 2015-2017. 101 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação e Pesquisa – Fundação Getúlio Vargas, 2019.

BÜHLER, J.; IGNÁCIO, P. **Políticas públicas educacionais implicadas no bom desempenho em Ciências no PISA**: um estudo comparativo Brasil, Singapura e Finlândia. Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia (Licenciatura em Ciências Exatas) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande do Sul, Santo Antônio da Patrulha, 2019.

CARVALHO, A. M. **Crescimento econômico**: análise comparativa de políticas adotadas pelo Brasil e tigres asiáticos. vii, 79 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

CHA, Yun Kyung. **Coréia do Sul**: Persiste o dilema humanismo x utilitarismo. In: UNESCO. WERTHEIN, Jorge. CUNHA, Célio da (Orgs.). Educação e Conhecimento: a experiência dos que avançaram. UNESCO: Brasília, 2004.

CHEN, S. M. **Ciência nos iniciais do ensino fundamental no Brasil e em Taiwan**: uma análise a partir de livros didáticos. 281 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração em Sociedade, Estado e Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Paraná, Cascavel, 2019.

DELGADO, D. M. **Os sentidos da ciência no cenário industrial**: a inovação tecnológica e suas implicações na política de educação superior. 375 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, São Paulo, 2010.

GASPARY, D. E. **Qualidade da educação**: quais as Lições que podemos aprender com as reformas educacionais de Cingapura e Finlândia. 95 f. Monografia (Faculdade de

Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

GONÇALVES, J. H. **Formação de professores e políticas de educação**: um estudo comparado entre Brasil, Coréia do Sul, Finlândia e Chile. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia (Graduação em Pedagogia) - Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

LOBO, C. E. R. **Cingapura: 1965-2010**. Forças armadas, geopolítica e desenvolvimento. Pós-doutorado (Faculdade de Ciências Sociais – Área de Relações Internacionais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo, 2012.

MAGNO, B; GUIMARÃES, B. G.; PITT, R. B.; MUNHOZ, A.; DUARTE, R. F. (2014). Caminho entre gigantes: a inserção internacional dos tigres asiáticos e dos países da ASEAN. **Revista InterAção**, v. 2, n. 2. 125-142. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

MARTINS, F. S. **O papel da educação no desenvolvimento como liberdade**: uma análise comparada de Finlândia e Coreia do Sul. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Economia, Programa de Pós-Graduação, Niterói, 2017.

MILTONS, M. M. **Educação e crescimento econômico na Coréia do Sul após 1945**. 182 f. Dissertação de Mestrado em Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2007.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). **PISA 2009**: Resultados: o que os alunos sabem e podem fazer: análises dos resultados da avaliação de estudantes da OCDE. Paris: OCDE. 2009.

_____. **PISA 2012**: resultados: o que os alunos sabem e podem fazer: análises dos resultados da avaliação de estudantes da OCDE. Paris: OCDE. 2012.

_____. (2015). **PISA 2015**: resultados: o que os alunos sabem e podem fazer: análises dos resultados da avaliação de estudantes da OCDE. Paris: OCDE. 2015.

_____. (2018). **PISA 2018**: resultados: o que os alunos sabem e podem fazer: análises dos resultados da avaliação de estudantes da OCDE. Paris: OCDE. 2018.

_____. (2022). **PISA 2018**: resultados: o que os alunos sabem e podem fazer: análises dos resultados da avaliação de estudantes da OCDE. Paris: OCDE. 2018.

PACHECO, D. C. **Brasil e Tigres Asiáticos**: desenvolvimento econômico comparado à luz da Nova Economia das Instituições. 73 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciências da Informação e Documentação, Programa de Pós-Graduação, Brasília, 2021.

ROCHA, N. F. A. *A educação e a economia*: determinantes na qualidade e eficiência educativa. 167 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Évora – Escola de Ciência e Tecnologia, Departamento de Matemática. Portugal, Évora, 2014.

SANTOS, Z. E. S. F. *O desenvolvimento econômico da Coréia do Sul entre 1960-1986*. Trabalho de conclusão de curso – Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

SILVA, D. C. *Conhecimento, tecnologia e futuro*: análise do cenário de inovação dos países emergentes. 177 f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC – SP. São Paulo: 2015.

SILVA, N. C.; CARVALHO, B. G. E. Compreendendo o processo de inclusão escolar no Brasil na perspectiva dos professores: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.23, n.2, p.293-308, Abr.-Jun., 2017.

YANNICK, K. Z. J. *Investimento em capital humano e crescimento econômico*: estudo do caso Coreia do Sul. 49 f. il. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.